

## **O CAMPO DO ENSINO DE FILOSOFIA EM DEBATE: NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DE UM PROBLEMA FILOSÓFICO**

THE FIELD OF PHILOSOPHY TEACHING UNDER DEBATE: NOTES ON THE EMERGENCY OF A PHILOSOPHICAL PROBLEM

*Augusto Rodrigues<sup>1</sup>*  
*Patrícia Del Nero Velasco<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo investigar a emergência do campo do Ensino de Filosofia como problema filosófico. Pretende-se, para tanto, reconstituir o debate em torno da existência ou não de um campo de conhecimento sobre e em torno do Ensino de Filosofia. Tomando como referência as pesquisas de Rodrigo Gelamo e Patrícia Velasco, é possível observar que o primeiro sinaliza, em suas pesquisas de doutorado (2009) e pós-doutorado (2012, 2013), a impossibilidade de reconhecer uma ordenação discursiva que mantenha uma identidade de pensamento para refletir sobre o ensino de filosofia. Velasco, no entanto, em pesquisa de pós-doutorado (2019) supervisionada por Gelamo, parte da hipótese de que já há, no Brasil, uma área de conhecimento que se pode intitular de Ensino de Filosofia, propondo um mapeamento das produções sobre a temática e a interpelação dos próprios pares sobre a subárea de pesquisa em questão. Espera-se que o tensionamento dos percursos trilhados e dos resultados defendidos por Gelamo e Velasco permita a compreensão da constituição do problema filosófico do campo do Ensino de Filosofia - contribuindo para o fomento e aprofundamento do próprio problema em questão.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia; Campo de Conhecimento; Problema Filosófico.

### **Abstract:**

This article aims to investigate the emergence of the field of Philosophy Teaching as a philosophical problem. In order to do that, it is intended to reconstitute the debate on the existence or not of a field of knowledge about and around Philosophy Teaching. Taking as a reference the research studies of Rodrigo Gelamo and Patrícia Velasco, it is possible to observe that the first indicates, in his doctoral (2009) and post-doctoral (2012, 2013) studies, the impossibility of recognizing a discursive ordering that maintains an identity of thought to reflect on Philosophy teaching. Velasco, on the other hand, in a post-doctoral research study (2019) supervised by Gelamo – hypothesizes that, in Brazil, there is already a field of knowledge that can be called Philosophy Teaching and proposes a mapping of productions on the subject and the interpellation of peers on the sub-area of research in question. It is expected that the tension of the paths taken and the results defended by Gelamo and Velasco will allow an understanding of the constitution of the field of Philosophy Teaching as a philosophical problem and, in this way, this article may contribute to promoting and deepening the problem in question.

**Keywords:** Philosophy Teaching; Field of Knowledge; Philosophical Problem.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UNESP/FFC). Professor de filosofia na educação básica do Estado de São Paulo. E-mail: [augustorodrigues094@gmail.com](mailto:augustorodrigues094@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3407833104537871>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2574-9897>.

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia (PUC-SP). Professora do curso de Licenciatura em Filosofia, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do núcleo PROF-FILO da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: [patricia.velasco@ufabc.edu.br](mailto:patricia.velasco@ufabc.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0717394972836082>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4705-4474>.

## Introdução

Na história da filosofia universitária no Brasil, o ensino de filosofia só se tornou um problema filosófico recentemente. Entre os anos de 1990 e 2000, inseridos no contexto de debate da LDB/96, uma gama de professores e professoras filósofos entendia a importância não só de reivindicar o retorno da filosofia como disciplina obrigatória no currículo da educação básica, mas também de abrir um novo território de pensamento no qual o ensino de filosofia fosse considerado um objeto de pesquisa filosófica.

Ainda que esse movimento não tenha sido unânime na produção acadêmica da época, a qual obteve um crescimento fundamental quando comparada com as décadas anteriores, houve uma série de iniciativas para fomentar a pesquisa filosófica na universidade brasileira. As projeções vislumbradas por muitos daqueles e daquelas que participaram dessas movimentações acadêmicas ganharam corpo e, entre as frestas abertas pelos filósofos e filósofas da educação, a temática despertou o interesse de pesquisadores e pesquisadoras que assumiram a problemática de ensinar e aprender filosofia em sua dimensão filosófica (Rodrigues; Gelamo, 2021).

Enquanto o ensino de filosofia é tido como problema filosófico desde os anos 2000, o *campo* do Ensino de Filosofia se transformou em um problema de pesquisa filosófica só mais recentemente. Apesar de a sucessão parecer óbvia – primeiro o ensino de filosofia se torna um problema genuinamente filosófico, depois, pesquisa-se filosoficamente o campo do Ensino de Filosofia –, as etapas se misturam no decorrer dos anos. A pesquisa de Rodrigo Gelamo, desenvolvida justamente nesta época, entre 2005-2009, é um exemplo da simultaneidade das reflexões. Na medida em que pensa o problema motor de sua tese – o que faz o filósofo quando seu ofício é ensinar filosofia –, o autor não deixa de estabelecer um olhar para as produções acadêmicas do ensino de filosofia, perspectivando um mapa geral e se contrapondo a algumas tendências do debate. Essas primeiras preocupações, que se desenvolvem inspiradas e concomitantemente a de outros pesquisadores e pesquisadoras da época, marcam, ao nosso ver, as franjas de uma tensão que se diferenciaria, posteriormente, no problema do campo do Ensino de Filosofia, o qual quicá não seria sequer formulado, com a maturidade e a coletividade hoje assistidas, sem estes esforços iniciais.

Parte das referidas problematizações acontece pela pesquisa de Patrícia Velasco, uma das autoras deste texto, cujos esforços investigativos têm se concentrado em mostrar para a comunidade filosófica em geral como a produção acadêmica do ensino de filosofia no Brasil é parte integrante e fundamental da Filosofia brasileira, fazendo, para isso, pesquisas e debates sobre o estatuto epistemológico do campo do Ensino de Filosofia. Acreditamos que a divergência entre ambas as pesquisas é fundamental para o entendimento da problemática do campo, a qual adquire sua forma contemporânea quando se institui um debate coletivo entre outros pares da área. Sustentaremos que a emergência do campo do Ensino de Filosofia como problema filosófico acontece quando a tensão entre as pesquisas de Gelamo e Velasco são abraçadas pelos pares, criando um movimento em prol da cidadania-filosófica, que engloba tanto um pleito de reconhecimento filosófico e institucional para as pesquisas da área, assim como a discussão das especificidades epistemológicas, políticas e históricas do campo.

Neste artigo, nossa proposta é resgatar o debate sobre o campo do Ensino de Filosofia, de maneira a investigar sua emergência como problema filosófico. Além disso, o debate pode nos ajudar a perceber certas condições do campo do Ensino de Filosofia no passado e no presente, refletindo a evolução das produções acadêmicas da área.

### **Um breve panorama sobre as produções acadêmicas do ensino de filosofia no Brasil: a ausência de um campo de conhecimento**

Gelamo, em sua pesquisa de doutorado (2009), analisa como o problema de ensinar e aprender filosofia foi pensado e problematizado no Brasil. O pesquisador realizou um levantamento bibliográfico de 1934 a 2008, a fim de entender “a maneira por meio da qual o pensamento sobre o ensino de filosofia tem se constituído no espaço acadêmico das pesquisas sobre o assunto e as questões que vêm sendo debatidas na área” (Gelamo, 2009, p. 34). A escolha das datas de início e fim do levantamento não é aleatória. Ambas marcam dois acontecimentos da história do ensino de filosofia em nosso país: a primeira se refere especificamente à criação da Universidade de São Paulo (USP), embora, em um contexto geral, remonte ao início da profissionalização da filosofia no Brasil; já a segunda data diz respeito ao retorno da filosofia como disciplina obrigatória do currículo da educação básica, depois de longo período em que a filosofia já lá não figurava. Assim, dentro desse recorte temporal, o autor verificou quais eram as ressonâncias de seu problema de pesquisa – o que faz o filósofo quando seu ofício é ensinar filosofia – no panorama das produções teóricas da área.

Desse primeiro contato com a literatura do ensino de filosofia, Gelamo (2009) destacou a maneira escassa, irregular e dispersa dessas produções acadêmicas. Para ele, os textos são, na maioria dos casos, “escritos de ocasião”, isto é, respostas às demandas específicas e circunstâncias pontuais, sem serem resultados de pesquisas regulares. Em outras palavras, não se constatou uma produção bibliográfica significativa ao longo dessas décadas, apenas em alguns momentos do século em que a atenção, por alguma razão exterior – e não propriamente acadêmica –, se volta para o ensino de filosofia.

Entre as décadas de 1930 a 1960, por exemplo, a pequena produção bibliográfica versa, principalmente, na implementação e consolidação dos cursos de filosofia universitários. De maneira geral, os textos concentravam-se na formação dos futuros pesquisadores e pesquisadoras dos departamentos de filosofia, com o intuito de criar as bases institucionais da filosofia no Brasil. Assim, o enfoque do debate filosófico acerca do ensino da filosofia era o adestramento dos alunos para a pesquisa filosófica, centrada mais na formação do *scholar* (Gelamo, 2009, p. 39-40). Há ainda um certo debate sobre a filosofia no 2º grau, em razão do prenúncio e, posteriormente, da retirada da filosofia da escola<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em 1961, a partir do decreto de lei n. 4.024/61 (LDB), a filosofia deixou de ser obrigatória no Ensino Médio. A percepção e discussão sobre a presença da filosofia no currículo são referenciadas por Maciel no seguinte trecho: “De fato parece haver dentro do M.E.C., mas não apenas dentro dele, uma forte tendência, já referida, para extinguir ou minorar a cadeira de filosofia, no currículo, na próxima reforma” (1959, p. 30). O autor ainda ressalta que, em ao menos duas ocasiões, o ensino da filosofia é defendido de forma coletiva no Ensino Médio: no I Encontro Nacional de Professores Secundários de Filosofia em 1958 e no Manifesto dos Professores Secundários de Filosofia do Rio Grande do Sul publicado pelo *Jornal o Dia*, em março de 1959.

Em razão da reforma universitária no final da década de 60 e da flexibilização do ensino de filosofia no 2º grau, o panorama teórico se altera nos anos de 1970 e 1980. Por um lado, a reforma de 1968 propiciou uma série de mudanças nos objetivos dos cursos de filosofia brasileiros, que já não só preparavam o pesquisador e a pesquisadora, mas também se preocupavam com a formação do professor, da professora e com a situação da filosofia na realidade escolar. Por outro lado, algumas alterações ocorreram na própria legislação da educação básica. Se, em 1961, a partir do Decreto de Lei n. 4.024/61, a disciplina de filosofia já não era mais obrigatória, ela acaba por sofrer seu maior golpe, com a Lei n. 5.692/71, durante o período de ditadura militar (de 1964 a 1982), que fez com que a filosofia e a sociologia fossem excluídas do currículo escolar. A partir do decreto de Lei de 869/68, essas disciplinas foram substituídas, de 1969 em diante, por *Educação Moral e Cívica e Ordem Social e Política Brasileira* (OSP/B).

A retirada da filosofia do espaço escolar despertou um debate, cujo objetivo era conscientizar socialmente sobre a relevância da disciplina na formação do cidadão crítico. Em contrariedade a uma formação estritamente técnica, cujo viés formativo foi estabelecido pelas diretrizes da LDB/71, construía-se um discurso em defesa da presença obrigatória da filosofia na educação básica. Justificava-se que os estudos filosóficos fornecem ferramentas críticas e transformadoras, tornando-se imprescindíveis à vida democrática dos estudantes, das estudantes, dos cidadãos e das cidadãs. No início, a discussão sobre a importância do ensino da filosofia foi sendo resgatada inicialmente às escuras, devido à repressão militar e, posteriormente, de maneira mais explícita, a partir da retomada da democracia nos anos 1980, por meio das manifestações em torno da volta da filosofia aos currículos do Ensino Médio. A Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) e alguns professores e professoras dos departamentos de filosofia desempenharam importante papel de articulação nessa época (Gelamo, 2009, p. 47).

Toda essa produção bibliográfica sobre o ensino de filosofia, de 1970 e 1980, pode ser considerada a 1ª grande movimentação teórica no assunto (Gallo, 2004). Um dos legados desse engajamento histórico compreende as produções bibliográficas que fundamentaram a importância educacional da filosofia, bem como procuraram preparar a atuação do professor e da professora na educação básica. Tendo em vista a sanção da lei 7.044/82, que alterou a configuração do ensino de 2º grau, a disciplina de filosofia passa a ter presença curricular facultativa ou obrigatória em alguns estados. Nessa época, são elaborados diversos manuais didáticos – entre eles, o *Filosofando: introdução à filosofia*, de autoria de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, vigente até hoje –, cursos de “reciclagem” e uma produção bibliográfica sobre o assunto, que ressoam na própria construção discursiva em torno da filosofia e de seu ensino na escola<sup>4</sup>. Esse foi o caso das discussões ocorridas em São Paulo, publicadas no livro *O ensino de filosofia no 2º grau* (Nielsen Neto, 1986).

Precedida por certo hiato no final dos anos 1980 e início da década de 1990, uma 2ª grande movimentação acadêmica ocorre a partir da publicação da LDB/1996. A imprecisão da LDB/96 sobre o lugar da filosofia no projeto de formação do cidadão e a aprovação pelo Congresso Nacional e respectivo veto do presidente da República em 2001 do Projeto de Lei n. 3178/97 (que procurava

<sup>4</sup> Cf. Gonçalves (2011).

consolidar a filosofia e a sociologia no currículo do ensino médio brasileiro), criaram a conjuntura política precisa para agenciar, academicamente, os professores e professoras de filosofia e demais interessados no assunto. Uma série de eventos foram organizados, livros foram publicados, dossiês foram escritos e pesquisas foram desenvolvidas sobre o ensino de filosofia, intensificando o debate e a produção acadêmica<sup>5</sup>.

Em sua pesquisa de doutorado, Gelamo (2009) destaca um tímido crescimento bibliográfico a partir da década de 1970, especialmente se comparado às produções do período histórico de 1930-1960 – crescimento, aliás, insuficiente para se afirmar que o ensino de filosofia foi uma preocupação corrente da comunidade filosófica. Apesar disso, diagnosticou uma certa fragilidade na discussão, uma vez que boa parte dessas produções permaneceu restrita, em seu entendimento, a um lugar comum pedagógico do problema de ensinar e aprender filosofia, cujas preocupações foram com o (1) o entendimento da importância do ensino de filosofia para a sociedade e formação crítica, (2) a reflexão sobre os temas e conteúdos a serem ensinados e sobre o currículo e (3) as metodologias adequadas à implementação da disciplina no contexto escolar (Gelamo, 2009, p. 48).

Importante destacar que sua preocupação, naquele momento de pesquisa, não era propriamente com o campo do Ensino de Filosofia. Ao realizar um breve “estado da arte”, ele pressupunha a existência de um campo de conhecimento, ainda que academicamente menos abrangente se comparado com outros temas tradicionais da filosofia. Na realidade, Gelamo estabelece uma tensão com o passado, com o modo como as questões do ensino de filosofia foram pensadas, a fim de criar uma nova maneira de colocar o problema do ensino de filosofia. Para ele, a (pouca) literatura do ensino de filosofia trazia como pressuposto o que era “essencial” a ser pensado sobre o assunto, estabelecendo uma “moral” para pensar as próprias práticas de ensinar e aprender filosofia. Em outras palavras, aquele lugar comum pedagógico seria semelhante ao que Deleuze (1988) denuncia como imagens de pensamento: predefinições impostas ao pensar que impossibilitam experimentar aquilo que Gelamo (2009) entendia como problema urgente a ser pensado. Sendo assim, o autor defendia a necessidade de pensar filosoficamente sua problemática, ultrapassando essas imagens de pensamento que condicionavam e impunham como se deveria pensar o ensino de filosofia (Gelamo, 2009, p. 33-34).

Essa tensão entre sua pesquisa e a produção teórica do ensino de filosofia alimentou suas continuidades investigativas sobre o assunto. Após a conclusão do doutorado, Gelamo continua a pesquisar o ensino de filosofia, de modo a manter o caráter polêmico em relação à literatura da área. Em sua pesquisa de pós-doutorado na UNICAMP (2009/2010), “Um estudo sobre algumas perspectivas do ensino de filosofia no Brasil”, sob a supervisão de Sílvio Gallo, abordou o problema do campo de conhecimento ainda de maneira colateral, tendo em vista que a questão central era pensar o lugar do conhecimento e da experiência no contexto atual do ensino de filosofia brasileiro. Nesse sentido, a relação com o campo se dava através de um novo mapeamento da produção acadêmica sobre o ensino de filosofia no Brasil, a fim de verificar as formas de pensamento em torno do assunto. Em suas palavras, “esse mapeamento tem a função de, além de verificar o ‘estado da arte’ sobre o ensino de filosofia, checar se o problema que ora

<sup>5</sup> Para conhecer mais detalhes sobre as produções dessa época, conferir Velasco (2019), Rodrigues e Gelamo (2021) e Rodrigues (2024).

apresentamos nesse projeto vem sendo discutido no contexto atual” (Gelamo, 2012, p. 9).

Nessa nova pesquisa, Gelamo tinha como hipótese que o ensino de filosofia foi costumeiramente pensado em torno da transmissão de conhecimentos, ao invés de ser problematizado como uma experiência de filosofar. Se compararmos essa nova pesquisa à sua de doutorado (Gelamo, 2009), ele mantém a tensão viva com a historicidade do debate, posto que as três imagens de pensamento – importância, conteúdo/currículo e método – foram referenciadas para problematizar uma maneira de colocar o problema do ensino de filosofia como atividade de transmissão de conhecimentos. Um ensino como experiência de filosofar escaparia desse registro de formulação e enunciação da problemática, permitindo que outras relações e invenções de pensamento fossem possíveis.

Para realizar essa nova investigação, Gelamo (2012) coleta um volumoso material – livros, artigos, coletâneas e capítulos de livros, teses e dissertações, manuais e materiais didáticos –, historicamente datado entre os anos de 1934 a 2008, além de mapear a legislação em torno do ensino de filosofia no Brasil (Gelamo, 2012). Devido ao extenso volume de dados coletados, sua pesquisa se dividiu em duas partes: na primeira, apresentou um dado bruto da coleta, que integrou o relatório de pesquisa à guisa de levantamento bibliográfico a ser “utilizado na continuidade dessa pesquisa futuramente” (Gelamo, 2012, p. 15); na segunda, reconstituiu as legislações e fez uma análise apenas de alguns artigos do ensino de filosofia, privilegiando algumas revistas com melhor avaliação nas áreas de Filosofia e de Educação.

Gelamo (2012) estabelece os seguintes critérios para analisar o material colhido: contextualizar a revista, fazer uma referência à formação e atuação profissional dos autores e autoras dos artigos e, por último, apresentar analiticamente o texto, indicando se ele se enquadra ou não na hipótese. Quando o artigo se enquadrava na hipótese é porque versava sobre aquelas três imagens de pensamento; já quando escapava, foi feito um comentário dos motivos pelos quais isso acontecia. Com esse tipo de leitura, manteve-se viva a tensão existente entre um ensino de filosofia como experiência de pensamento e a literatura sobre o assunto, uma vez que boa parte dos artigos encontrados insistiam em pensar somente por meio da enunciação pedagógica do problema.

Apesar da tensão teórica estabelecida, e por mais que o campo do Ensino de Filosofia não tenha sido seu objeto de análise, é possível perceber alguns impactos dessa última investigação em sua percepção sobre a produção teórica do ensino de filosofia e sobre a possível existência de um campo. Um dos principais resultados dessa pesquisa foi a escavação, no sentido arqueológico, de uma série de arquivos que não circulavam nas referências do ensino de filosofia. Esses artigos podem ser entendidos como dispersões discursivas que não compuseram ou não foram utilizadas para compor o debate sobre o ensino de filosofia no Brasil, mas que poderiam ajudar a entender *como* a filosofia, seu ensino e aprendizagem foram pensadas no Brasil. Aliás, são raros os documentos que têm um domínio daquilo que foi produzido. Ele encontrou, por exemplo, um único texto (Maciel, 1959) que fez um levantamento ou um mapa sobre as discussões da filosofia no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa de pós-doutorado de Gelamo (2012) reforçava, por um lado, sua percepção do doutorado (2009) acerca do lugar *indiferente* que ocupa o ensino de filosofia no rol dos problemas filosóficos tradicionais da filosofia acadêmica. Comparado à publicação de outros assuntos – e esse foi um dos

resultados que ele apreendeu das pesquisas realizadas conforme as referências acima –, o ensino de filosofia ainda era muito pouco pensado, havia poucas referências e as produções eram, geralmente, efeitos de situações políticas e educacionais que acabavam por determinar o que necessitava ser pensado.

A intensificação da produção teórica do ensino de filosofia ocorre em dois momentos pontuais – nas décadas de 1970-1980 e 1990-2000 – em que se discutiu, *hegemonicamente*, o lugar da disciplina de filosofia e as estratégias para a sua implementação na escola. Não só os contornos da discussão foram delimitados pelas imposições dos cenários político e educacional, como também muitos daqueles e daquelas que contribuíram com o debate sequer desenvolviam pesquisas sobre o assunto, isto é, só se dedicaram a pensar pontualmente, reforçando o coro em defesa da presença obrigatória da disciplina no currículo. Justamente pela maioria dos textos ser “escrito de ocasião”, Gelamo (2012) concluiu que eram raras as produções oriundas de uma reflexão sistematizada, resultado de um esforço de pesquisa filosófico-educacional sobre o assunto.

Por outro lado, Gelamo nota que muitos desses artigos, mesmos os mais recentes, não circularam entre os pesquisadores e pesquisadoras quando foram publicados e nem mesmo nas pesquisas da atualidade. Isso lhe trouxe a percepção do desconhecimento dos atuais pesquisadores e pesquisadoras da área sobre uma bibliografia (ainda oculta para os pares) que, certamente, poderia fomentar o debate do ensino de filosofia no Brasil. Presa às imagens de pensamento – importância, conteúdo/currículo e metodologias de ensino –, parte das pesquisas na atualidade afastou-se da imanência que prefigura as experiências de cada um, assim como da realidade brasileira e do território de pensamento que solidifica a temática do ensino de filosofia. Afinal, como os pesquisadores e pesquisadoras do ensino de filosofia muitas vezes não têm um mapa sobre a produção teórica do objeto problemático que é o ensino de filosofia, as produções correm sempre o risco de exercer uma função de gesto inaugural de pensamento: ora se limitando às imposições do contexto político e educacional, ora recolocando o debate a partir da importância, conteúdo/currículo e metodologia. Em outras palavras, já que o ensino de filosofia não se torna um problema de pesquisa na vida do filósofo professor e da filósofa professora, nem tampouco para a comunidade acadêmica, as reflexões costumam partir daqueles lugares comuns, negando-se, assim, uma forma de *problema/experiência de pensamento*, cuja emergência só pode ser a imanência das próprias vidas dos filósofos e filósofas professores/as e, também, na troca de experiência entre os pares da comunidade acadêmica no contexto brasileiro.

No entanto, como já dissemos, os objetivos da pesquisa de Gelamo (2012) e sua hipótese analítica não eram o campo do Ensino de Filosofia. Até então, ele não tinha porque questionar a sua existência. Pensá-lo era apenas um efeito colateral da pesquisa, um exercício de pensamento que se desenvolvia, ainda timidamente, através do estudo e do ato de mapear as produções teóricas inerentes ao tema. Apesar disso, as reflexões e os resultados do pós-doutorado reforçaram uma intuição de Gelamo (2012) que, daí em diante, começou a questionar a existência de um campo do Ensino de Filosofia. Em sua percepção, era bem possível que não houvesse um campo porque, além de existirem poucas publicações sobre o assunto e de raras publicações serem oriundas de pesquisas acadêmicas no tema, era difícil ainda identificar uma relação de *convivência* teórico-imanente entre as novas produções e àquelas já existentes sobre o assunto na realidade brasileira. Assim,

não existia uma discussão sistematizada e contínua da temática, tampouco um vínculo referencial entre as próprias produções teóricas e os pesquisadores e pesquisadoras da área, condições estas, em seu entendimento, fundamentais para balizar a circunscrição de um campo de conhecimento do Ensino de Filosofia.

Portanto, o que Gelamo (2012) intuiu em seu pós-doutorado foi um conjunto relacional de ausências em torno do ensino de filosofia: (i) ausência (ou falta de presença significativa) de obras acadêmicas, principalmente quando verificadas se elas são resultados de pesquisas; (ii) ausência (ou falta significativa) do estabelecimento de uma problemática filosófico-educacional com a temática que escapasse do registro comum pedagógico de pensar; e, conseqüentemente, (iii) ausência de um campo de conhecimento.

Essas reflexões colaterais sobre o campo do Ensino de Filosofia se tornaram o tema de um segundo pós-doutorado (2012-2013) de Gelamo, realizado na USP, sob a supervisão de Celso Favaretto. Na apresentação da pesquisa, Gelamo (2013) retoma como a questão do campo foi, paulatinamente, amadurecendo em sua vida acadêmica. Se no início o movimento investigativo circunscrevia-se à produção teórica do ensino de filosofia – de maneira a manter viva a tensão face à problemática que o levou à temática no doutorado –, agora o mapeamento das pesquisas e das produções sobre o assunto equaciona-se sob o registro problemático da existência ou não de um campo do Ensino de Filosofia. Isso está exposto em seu relatório final:

No decorrer daquela pesquisa, que foi desenvolvida durante o doutorado (2005-2009), iniciamos, naquele momento de forma bastante circunstancial, um primeiro olhar para a *História do ensino da Filosofia no Brasil*. [...] Desde então, temos nos dedicado ao estudo dessa História; inicialmente tentando compreender qual o lugar e o papel que o filósofo assume quando sua tarefa é apresentar a tradição de pensamento filosófico aos seus alunos na aula de Filosofia (Gelamo, 2009), momento em que desenvolvemos nossa tese de doutorado. [...] No início esse levantamento se deu de forma bastante limitada. Uma vez que nossa preocupação não era a mesma de agora. Mas em 2010 ela se tornou central quando desenvolvemos uma pesquisa com financiamento junto ao CNPq, por meio do Edital Universal (2010/2011), permitindo que chegássemos às conclusões que fundamentaram outra pesquisa, também com financiamento do Edital Universal, que se desdobrou na proposta dessa pesquisa que ora estamos desenvolvendo e que, de algum modo, firmou mais nossas hipóteses de pesquisa. Nesse sentido, essa investigação não se constitui uma ilha ou uma pesquisa isolada, mas faz parte de um programa de pesquisa que tem por objetivo analisar como o ensino da Filosofia tem sido pensado e problematizado no Brasil em função da constituição de um possível “campo de pesquisa” (Gelamo, 2013, p. 4-5).

Gelamo (2013) cunha um novo programa de pesquisa em que o campo do Ensino de Filosofia aparece como um problema filosófico. Três foram as perguntas que o guiaram, a saber: existe um campo de saber que pode ser denominado Ensino de Filosofia? Se sim, como ele se constituiu? E, por fim, de que modo e em função de quais objetivos as pesquisas e publicações sobre o ensino de filosofia foram realizadas?

Apesar de serem enunciadas no âmbito do projeto de pós-doutorado (2012-2013), Gelamo não responde às perguntas postas, dando continuidade mais ao esforço de mapear o que havia sido produzido e se aquilo que era pensado conseguia escapar daquelas imagens de pensamento e se conectar com a

imanência da vida do filósofo-professor, da filósofa-professora e com outras produções teóricas na área. Nesse caso, ele mesmo reconhece os limites da pesquisa – que tinha como proposta analisar os periódicos de Educação e Filosofia entre os anos de 1934 e 2008 –, e indica, no relatório, que muito haveria a ser feito se quisesse responder aos problemas postos.

Quando fazemos um balanço sobre suas pesquisas, percebemos que seus esforços se concentraram mais no intuito de escavar os arquivos ocultos nos periódicos do que propriamente na reflexão sobre a existência ou não do campo do Ensino de Filosofia. Aficionado pela hipótese das ausências bibliográficas, de pesquisas e de um campo, manteve o recorte temporal, o que parece não fazer sentido quando a questão é a constituição do campo do Ensino de Filosofia. Em primeiro lugar, precisamos considerar que as pesquisas mais sistemáticas em Filosofia e Educação só vão se desenvolver no final da década de 1960 e início da década de 1970, com a criação da pós-graduação no país, conforme afirma Severino: “o despertar de uma postura mais investigativa para a Filosofia da Educação é fenômeno bem recente em sua história. Sem dúvida, o fator fundamental foi a implantação, no país, dos Programas de Pós-Graduação” (2000, p. 275-276). Em segundo lugar, a filosofia da educação só se consolida como campo em 1990, pois é nesse momento que, segundo Silvio Gallo, ela caminha para “fixar suas regras e o que pode ou não ser chamado de Filosofia da Educação” (Gallo, 2007, p. 269).

Mas o que isso tem a ver com o problema da existência ou não do campo do Ensino de Filosofia? Considerando que o assunto é o campo de conhecimento e subárea de pesquisa, como poderia existir um campo (subárea) do Ensino de Filosofia antes da própria instauração dos programas de pós-graduação no país? E, além disso, visto que as produções teóricas sobre o ensino de filosofia ocorreram, geralmente, pelos investimentos dos filósofos e filósofas da educação, como o campo do Ensino de Filosofia poderia existir antes da própria existência do campo da Filosofia da Educação?

Outro questionamento importante que podemos depreender de suas pesquisas foi a escolha do material de análise, os periódicos de Filosofia e Educação. Será que a análise estritamente dos artigos poderia oferecer as condições necessárias para entendimento daquilo que é produzido academicamente, avaliando, inclusive, a existência ou não do campo do Ensino de Filosofia? Apesar de as revistas acadêmicas fornecerem uma base com documentos que ajudam a entender não só as dispersões esquecidas, bem como o próprio a constituição do debate, excluir da análise as coletâneas significa deixar de lado um significativo material, especialmente no que diz respeito ao período de 1990-2000. Neste período de maior intensificação bibliográfica, boa parte da produção se concentrou nos capítulos de livros oriundos de eventos acadêmicos, como se observa nos casos do Fórum Sul, Sudeste e Centro-Oeste, do I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia e do I Simpósio do Ensino de Filosofia (Rodrigues, 2024).

Reconhecemos que esses questionamentos evidenciam o contorno da problemática que hoje temos sobre o campo, mas que, certamente, não seria possível sem as pesquisas realizadas por Gelamo. Sua hipótese sobre a inexistência de um campo, aliada ao seu desejo de escavar os arquivos e levantar um material esquecido por aqueles e aquelas que pesquisam o ensino de filosofia foram importantes para abrir caminhos e provocar outros raros interlocutores e

interlocutoras à problemática do campo do Ensino de Filosofia. De fato, a problemática sobre o campo só poderia ocorrer quando houvesse uma atenção coletiva sobre o assunto, mantendo, então, uma partilha de interesse entre os diferentes grupos e pesquisadores/as do ensino de filosofia. As iniciativas de Gelamo eram quase solitárias<sup>6</sup>, e uma comunidade investigativa que servisse de apoio seria fundamental para o desenvolvimento de sua pesquisa, pois, certamente, ajudaria a problematizar suas hipóteses e tensionar seu pensamento.

A questão do campo do Ensino de Filosofia ganhou certa notoriedade entre alguns pares do ensino de filosofia nos últimos seis anos, quando a questão foi debatida em esfera nacional. Entendemos como ponto de agenciamento a pesquisa de pós-doutorado de Patrícia Velasco, “A constituição do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: mapeamento da área na década de 2008 a 2018”, realizada sob supervisão do próprio Gelamo, na UNESP<sup>7</sup>. Diferentemente das pesquisas de seu supervisor, Velasco defendeu a existência de um campo do Ensino de Filosofia. Na próxima seção, reconstruiremos, principalmente, o encontro de Velasco com as percepções de Gelamo sobre o campo do Ensino de Filosofia, indicando os motivos que a levaram a afirmar a constituição do campo.

### **De uma pesquisa entre grupos à problemática coletiva entre os pares: a existência do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento**

Pode-se dizer que o embrião da pesquisa que Velasco desenvolveria junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, campus Marília, e, de modo mais específico, junto ao ENFILO – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia – liderado por Gelamo, começou a ser gestado em 2010, ano em que ambos participaram de uma banca examinadora de concurso público para professor adjunto na área de Ensino de Filosofia na UFABC. Integrava ainda a supracitada banca a professora Elisete Tomazetti, uma das fundadoras do GT da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar e referência não só para o Ensino de Filosofia como, igualmente, para as discussões sobre a constituição da Filosofia da Educação enquanto disciplina e campo de conhecimento no Brasil (Tomazetti, 2003).

A semana de trabalho na UFABC foi marcada por discussões, entre os membros da banca, sobre as especificidades da vaga de Ensino de Filosofia e o perfil almejado para preenchê-la. A partir dos 12 pontos do Edital n.º 27, de 31 de março de 2010<sup>8</sup>, Gelamo, Velasco e Tomazetti refletiram sobre alguns debates caros à área (como ensinar filosofia e/ou ensinar a filosofar e a história da filosofia como centro ou referencial para o ensino) e, outrossim, sobre a dimensão metafilosófica do ensino e da aprendizagem da filosofia. O único aspecto de alguma discordância maior dizia respeito justamente à existência ou não de um campo de conhecimento

---

<sup>6</sup> Faz-se necessário referenciar e reverenciar as pesquisas de Elisete Tomazetti (2012) sobre os discursos produzidos referentes ao Simpósio Sul-Brasileiro de Ensino de Filosofia (2001-2010), cujos esforços também caminhavam para a enunciação de uma problemática do campo do Ensino de Filosofia.

<sup>7</sup> O projeto em questão foi realizado com bolsa Pós-Doutorado Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Chamada CNPq n.º 22/2018 - Bolsas Especiais no País e Exterior, Processo 148901/2018-2).

<sup>8</sup> Cf. Edital n.º 27/2010 - Professor adjunto - Nível I – Licenciaturas. Fundação Universidade Federal do ABC. Edital n.º 27, de 31 de março de 2010. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/concursos\\_docentes/2010/edital-n-27\\_2010-professor-adjunto-nivel-i-licenciaturas.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/concursos_docentes/2010/edital-n-27_2010-professor-adjunto-nivel-i-licenciaturas.pdf)

sobre o ensino de filosofia no Brasil. Por um lado, as produções bibliográficas sobre a temática sinalizavam que o ensino de filosofia se tornara, sistematicamente, objeto de pesquisa e que, nestas referências, era possível identificar alguns debates e perspectivas hegemônicas de resposta a estes; por outro lado, cabia perguntar: a partir da literatura e de seus autores e autoras, podia-se afirmar a existência de um campo de conhecimento?<sup>9</sup>

Segundo Bernadete Gatti, ao discutir pesquisa na pós-graduação,

um campo de reflexão, ou campo de conhecimento temático, não se configura por delimitações de teorias, métodos e objetos apriorísticos e abstratamente definidos, mas [...] se constrói no próprio movimento histórico das intencionalidades colocadas nos estudos e investigações concretamente produzidos (Gatti, 2008, p. 13).

Acompanhando Gatti, Velasco intuía que, a despeito das produções sobre ensino de filosofia não necessariamente gozarem de organicidade, eram fruto de investigações historicamente motivadas, construídas a partir de diferentes grupos e encontros acadêmicos. Seriam as diferentes perspectivas sobre ensino de filosofia um impeditivo à constituição de um campo de conhecimento? Ou, em outra direção, pode-se afirmar que:

A diversidade de enfoques encontrada põe a necessidade de intensificação do diálogo entre grupos de pesquisadores para clareamento das interfaces/contradições entre as diferentes perspectivas [...], não para a construção de um consenso hegemônico, mas para balizar os limites dos conhecimentos elaborados e suas intersecções (Gatti, 2008, p. 14).

A segunda opção – a necessidade de colocar os pares para dialogar e verificar as discordâncias e intersecções sobre o que já foi pensado sobre ensino, aprendizagem e formação em Filosofia – pareceu ser o caminho mais interessante, na perspectiva de Velasco, para investigar a possibilidade de delineamento de uma área de conhecimento.

Ao longo dos anos seguintes, o diálogo iniciado em 2010 foi sendo amadurecido, retomado em cada encontro entre Gelamo e Velasco: persistia, para os pesquisadores, a dúvida entre as produções textuais sobre ensino de filosofia serem produzidas de modo aleatório, como “gestos inaugurais” que não costumam manter uma regularidade discursiva entre eles, ou – a despeito da dispersão e da falta de debate entre os grupos de onde estas pesquisas se originam – já seria possível a identificação do ensino de filosofia como prática social, atividade realizada “por um conjunto de indivíduos que produzem conhecimentos, e não apenas ao conjunto de conhecimentos produzidos por esses indivíduos em suas atividades” (Miguel *et al*, 2004, p. 82).

A fim de buscar respostas à insistente dúvida, quase uma década após o primeiro encontro, Velasco propôs investigar, sob a supervisão de Gelamo, *qual o atual estado da arte do Ensino de Filosofia e o que pensam os professores-pesquisadores da área sobre Ensino de Filosofia e formação docente em Filosofia?* Objetivava, por meio do acervo coletado e das respostas dadas pelos colegas pesquisadores e pesquisadoras, evidenciar que o ensino de filosofia se

<sup>9</sup> Nota-se que o 2º estágio de pós-doutorado de Gelamo, citado na seção precedente, foi realizado posteriormente ao encontro com Velasco e Tomazetti, sendo em alguma medida por ele provocado.

constituiu no Brasil como uma prática social e, a partir desta prática, já era possível circunscrever um campo de conhecimento sobre e em torno do Ensino de Filosofia.

Os/as participantes da pesquisa qualitativa foram selecionados de acordo com as diferentes regiões do país, tendo como critério a reconhecida inserção na área. A escolha priorizou os pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao Grupo de Trabalho (GT) da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar e aqueles e aquelas que orientam na área em programas de pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN/CEFET-RJ), Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) e/ou programas acadêmicos). Ao todo, 41 colegas participaram da pesquisa, respondendo às seguintes perguntas: 1) Como foi a sua aproximação da área de Ensino de Filosofia?; 2) Considera-se um(a) pesquisador(a) da área? Por que?; 3) Em que medida suas pesquisas na área se relacionam com suas atividades didáticas e de extensão?; 4) Acha que o Ensino de Filosofia deveria ser uma subárea de conhecimento nas agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país? Por que?; 5) O que caracteriza essa subárea (campo) do conhecimento? Quais suas especificidades e quais as proximidades e/ou distâncias com relação à Filosofia da Educação? E à própria Filosofia?; 6) Encontra dificuldade de reconhecimento do Ensino de Filosofia como temática ou a área de conhecimento filosóficas pelos colegas de graduação/mestrado/doutorado, pela comunidade filosófica em geral e/ou pelas agências de fomento?; 7) O que considera fundamental para formar um professor de Filosofia?

Sobre a primeira parte do problema de pesquisa, Velasco publicou o artigo “Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte” (2019) e o livro *Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018*, no qual organiza as produções bibliográficas e as orientações dos membros do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar em duas décadas: 1997 a 2007 e 2008 a 2018 (2020). O comparativo entre as décadas imediatamente anterior e posterior à obrigatoriedade da Filosofia como disciplina do Ensino Médio permitiu à autora atestar o crescimento vertiginoso das pesquisas na área. Ainda que não tenha sido feita uma análise discursiva sobre este material e que esta envolveria também uma discussão pormenorizada sobre os critérios de identificação de uma produção como “de ensino de filosofia”, o montante ao menos revela o crescimento de uma sistematicidade de estudos e a capilarização da temática em território nacional, visto que tais textos são assinados por pesquisadoras e pesquisadores de norte a sul do país (Velasco, 2019, p. 16-17).

A segunda parte do problema de pesquisa – *que pensam os professores-pesquisadores da área sobre Ensino de Filosofia e formação docente em Filosofia?* –, por sua vez, foi discutida em dois movimentos distintos. No primeiro, a reflexão incidiu sobre formação docente e os aspectos comuns identificados pelos colegas participantes da pesquisa. Os resultados obtidos foram publicizados no capítulo “O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em Filosofia?” (2022a). A parte da questão-problema concernente à área de pesquisa, por seu turno, tem sido cerne das produções de Velasco desde a realização do estágio de pós-doutorado. As reflexões sobre o campo adquiriram, na trajetória da pesquisadora: um viés epistemológico, procurando, a partir do depoimento dos pares, identificar o *locus* do Ensino de Filosofia entre as questões educacionais e os problemas filosóficos – entre a Educação, a Filosofia e a Filosofia da Educação; um viés histórico, recuperando os movimentos de constituição e

consolidação do campo (Velasco, 2022c; Rodrigues, Velasco, 2024; Rodrigues; Velasco; Gelamo, 2024, no prelo); um viés político, argumentando em prol da institucionalização de uma linha de pesquisa de Ensino de Filosofia junto à comunidade filosófica mais ampla (Velasco, 2022d, 2023).

Essa tríade problemática – epistemológica, política e histórica – se tornou, na realidade, um projeto coletivo, em resposta às posições defendidas por Velasco, intitulado, pelos pares, como um movimento para cidadania-filosófica do Ensino de Filosofia (Rodrigues; Velasco; Gelamo, 2024, no prelo). Uma subcomissão do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar reuniu-se, mensalmente, para debater o estatuto epistemológico do campo e viabilizar alguns caminhos para a institucionalização do Ensino de Filosofia dentro da árvore de conhecimento das agências de fomento e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. De um lado, o grupo viabilizou uma força tarefa para ampliar o acervo já coletado pela pesquisa de Velasco<sup>10</sup>. De outro, criou-se uma série de iniciativas acadêmicas a fim de pensar o desenvolvimento do campo do Ensino de Filosofia, provocando, pares e ímpares, a debater o estatuto epistemológico, político e histórico das produções acadêmicas do Ensino de Filosofia no Brasil.

Uma primeira ação que ultrapassou os limites do grupo foi a realização do mês da ANPOF dedicado à temática, intitulado “Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo” (Velasco, 2024d). Em outubro de 2021, pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil enfrentaram uma série de questões atuais do ensino de filosofia, incluindo o debate em torno da cidadania-filosófica do campo. Especificamente sobre este último, foram feitas as reflexões no Fórum “Cânone – uma proposta de debate” (Rodrigues; Gelamo, 2022; Velasco, 2022e), além da realização da mesa “Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: revendo o cânone filosófico”<sup>11</sup>. Ao final do evento, elaborou-se o “Manifesto em defesa da Filosofia do Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa filosófica”<sup>12</sup>, documento lançado em nome do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar com o intuito de recolher assinaturas de pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores de filosofia no Brasil em prol da inclusão do Ensino de Filosofia como subárea e campo de pesquisa filosófica.

Os debates coletivos não pararam por aí. No ano seguinte, em parceria com o GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, organiza-se a mesa-redonda “Filosofia do Ensino de Filosofia: diálogos entre Brasil e Argentina” no evento bienal da ANPOF, realizado em Goiânia, para discutir as características e interfaces do campo em ambos os países<sup>13</sup>. Como preparação à mesa, a ANPOF lança em maio de 2022 um

<sup>10</sup> Parte significativa desse acervo está disponível no repositório do LaPEFil - Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (UFABC/CNPq). Disponível em: <https://lapefil.pesquisa.ufabc.edu.br/acervo/>. Acesso: 01 maio 2024.

<sup>11</sup> Participaram da mesa Patrícia Velasco, Paulo Margutti Pinto e Sílvio Gallo. A discussão foi transmitida no canal do Youtube da ANPOF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UfxksF8B-oY&t=4198s>. Acesso: 01 maio 2024.

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScdO5LNCCX10p3yR4FT6rI8SaeFyHpMLdbKqL65Txi n2 BHh6Q/viewform>. Acesso: 01 maio 2024.

<sup>13</sup> Com mediação de Velasco, a mesa foi composta pelos professores Gustavo Ruggiero (UNGS) e Walter Kohan (UERJ) e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gKLYY-BVqY>. Acesso: 01 maio 2024.

episódio de *podcast* intitulado “Filosofia do Ensino de Filosofia: uma conversa sobre os movimentos de sua constituição como campo acadêmico”<sup>14</sup>.

Além disso, o supramencionado GT tematizou o campo do Ensino de Filosofia em seu encontro de 2023; o VII encontro do grupo teve como título “Pensar o campo, filosofar o ensino” e foi realizado na Universidade Federal de Santa Maria. Na UFSM ocorreu, igualmente, a defesa da tese “A construção do discurso do Ensino de Filosofia no Brasil: uma analítica acerca da constituição epistemológica do campo”, escrita por Jéssica Erd Ribas (2023) e orientada por Elisete Tomazetti<sup>15</sup>. Poucos meses depois, desta vez na Universidade Estadual Paulista, campus Marília, sob a supervisão de Gelamo, Augusto Rodrigues - um dos autores do presente artigo - defendeu seu doutorado, “Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do Ensino de Filosofia à trajetória formativa na UNESP” (2024). Vê-se, portanto, que algumas ressonâncias da problemática do campo do Ensino de Filosofia já são abordadas em pesquisas de doutorado.

Com o objetivo de manter a problemática no horizonte dos pesquisadores e pesquisadoras, organizou-se uma proposta de dossiê: “As pesquisas sobre o ensino de filosofia no Brasil: perspectivas sobre o campo”<sup>16</sup>. A iniciativa foi fomentar uma experiência de pensamento para as pesquisadoras e pesquisadores refletirem sobre os movimentos históricos, epistemológicos e políticos da área no Brasil, tendo como ponto de partida sua própria trajetória investigativa, evidenciando que, diferentemente de quando Gelamo iniciou suas reflexões sobre as produções acadêmicas do ensino de filosofia, atualmente a problemática está presente no horizonte comum dos pares, ganhando cada vez mais densidade, permeabilidade e referência.

### À guisa de conclusão

Das primeiras impressões de Gelamo à pesquisa de Velasco, o campo do Ensino de Filosofia emerge, sem dúvida, como problema filosófico, contando com contribuições de tantos outros grupos de pesquisa que se dedicam, há anos, à problemática de ensinar e aprender filosofia no Brasil. Quando fazemos um balanço do campo do Ensino de Filosofia como problema filosófico, com base, principalmente, nas perquirições dos dois pesquisadores, vemos que, diferentemente da época em que escrevia Gelamo, há, na atualidade, uma comunidade investigativa mais forte. E isso é condição fundamental para o desenvolvimento da problemática; afinal, foi só por intermédio de outros pares que as provocações de Gelamo (2009; 2012; 2013) sobre a ausência de um campo pôde ser contraposta, esmiuçada e se desenvolveram novos projetos para desdobramento da problemática.

Difícilmente, hoje, poderíamos negar a existência de um campo do Ensino de Filosofia no Brasil, como defende Velasco e tantos outros pesquisadores e pesquisadoras que lutam pelo reconhecimento do Ensino de Filosofia como

<sup>14</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5IWasyZkqBgl7tEf4jKBKt>. Acesso: 01 mai. 2024.

<sup>15</sup> O trabalho em questão, por sua vez, propiciou outra dobra reflexiva, a saber, o capítulo “Sobre Pesquisa na Área do Ensino de Filosofia: em torno de distinções conceituais”, escrito por Tomazetti, Ribas e Velasco (2024).

<sup>16</sup> O dossiê tem a previsão de ser publicado, em 2024, pela revista *Educação e Filosofia*.

subárea da pesquisa filosófica brasileira. As recentes pesquisas sobre o campo apontam como o ensino de filosofia se transformou em um objeto de pesquisa filosófico-educacional. Mas não só isso. Atualmente, é possível identificar gerações de pesquisadoras e pesquisadores do Ensino de Filosofia que foram responsáveis pela consolidação de uma literatura própria à área, pela criação de revistas especializadas no assunto e pela orientação e formação de novos pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras de filosofia familiarizados com alguns debates do ensino de filosofia no Brasil.

Apesar disso, a problemática sobre o campo do Ensino de Filosofia ainda carece de amadurecimento, que entendemos como um exercício de refinamento conceitual que problematize as especificidades epistemológicas, a historicidade e as políticas de saber inerente às produções acadêmicas do Ensino de Filosofia. Por outro lado, essa condição virá apenas com novas pesquisas e em interlocução com os pares. Enquanto isso, esperamos que esse artigo possa ser considerado mais um esforço para o fomento e aprofundamentos das pesquisas em Ensino de Filosofia no Brasil e do problema do campo entre nós.

## Referências

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALLO, Sílvio. Apresentação. *In*: GALLO, Sílvio; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabriele (Org). **Ensino de Filosofia: Teoria e Prática**. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 9-12.

GALLO, Sílvio. Filosofia da Educação no Brasil do século XX: da crítica ao conceito. **EccoS**: Revista Científica, v. 9, n. 2, p. 261-284, jul./dez., 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. A pesquisa na pós-graduação e seus impactos na educação. **Nuances**: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 35-49, jan./dez. 2008.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino de filosofia no limiar da contemporaneidade**: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia? São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **Relatório de Estágio de Pós-doutorado**: Um estudo sobre algumas perspectivas do ensino de filosofia no Brasil, 2012. 201p. – Relatório (Pós-doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, SP.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **Relatório de Estágio de Pós-doutorado**: Um estudo sobre a recepção do debate sobre o ensino da filosofia no Brasil nos periódicos de Filosofia e Educação, 2013, 85p. – Relatório (Pós-doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, SP.

GONÇALVES, Tânia. O ensino de Filosofia na rede pública: a Proposta Curricular do estado de São Paulo. In: GOTO, Roberto; GALLO, Silvio. **Da filosofia como disciplina: Desafios e perspectivas**. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 25-50.

MACIEL, C. F. Maciel, C. F. **Um estudo-pesquisa sobre o ensino secundário de filosofia**. MEC – INEP, 1959.

MIGUEL, Antonio; GARNICA, Antonio Vicente; IGLIORI, Sonia Barbosa; D'AMBRÓSIO, Ubiratan. A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 70-93, set.-dez. 2004.

NIELSEN NETO, Henrique (Org.). **O ensino de filosofia no 2º grau**. São Paulo: SOFIA, Editora SEAF, 1986.

RIBAS, J. E. **A construção do discurso do Ensino de Filosofia no Brasil: uma analítica acerca da constituição epistemológica do campo**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2023.

RODRIGUES, A. **Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do Ensino de Filosofia à trajetória formativa na UNESP**. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, SP, 2024.

RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 813-854, maio/ago., 2021.

RODRIGUES, Augusto; VELASCO, Patrícia Del Nero Velasco. O Ensino de filosofia à guisa de apresentação: da fresta institucional na ANPOF ao pleito de cidadania filosófica do campo. In: RODRIGUES, A.; VELASCO, P. D. N. (Org.). **Sobre educação filosófica e práticas de ensino de filosofia: reverberações do GT filosofar e ensinar a filosofar no XIX Encontro Nacional da ANPOF**. Toledo, PR: Instituto Quero Saber, 2024, p. 15-30.

RODRIGUES, Augusto; VELASCO, Patrícia Del Nero Velasco; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, 2024, *no prelo*.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A filosofia da educação no Brasil: esboço de uma trajetória. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. (Org). **O que é filosofia da educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TOMAZETTI, Elisete. **Filosofia da educação: um estudo sobre a história da disciplina no Brasil**. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

TOMAZETTI, Elisete. Produção discursiva sobre o ensino e a aprendizagem filosófica. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 46, p. 83-98, out./dez., 2012.

TOMAZETTI, Elisete M.; RIBAS, Jéssica Erd; VELASCO, Patrícia Del Nero. Sobre Pesquisa na Área do Ensino de Filosofia: em torno de distinções conceituais. In: MUNHOZ, Angélica Vier; OLEGÁRIO, Fabiane; RIBEIRO, Inauã Weirich (Org.). **Ensino, arquivo e docência**. Lajeado, RS: Univates, 2024, *no prelo*.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte. **Revista Estudos de Filosofia e Ensino**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019.

VELASCO, Patrícia Del Nero. **Filosofar e Ensinar a Filosofar**: registros do GT da ANPOF – 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020, (coleçãoS; 4).

VELASCO, Patrícia Del Nero. O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em Filosofia? In: TOMAZETTI, E. M.; ALMEIDA JUNIOR, J. B.; VELASCO, P. D. N. (Org.). **Formação e experiências de docência em Filosofia**. Santa Maria: Editora UFSM, 2022a, p. 26-63.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. **Pró-Posições**. Campinas, v. 33, p. 1-26, 2022b.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Sobre a virada discursivo-filosófica do ensino de filosofia: o legado argentino e a problemática do campo. **O Que Nos Faz Pensar**. Rio de Janeiro, v. 30, p. 335-362, 2022c.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Mês ANPOF Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo. **Revista Digital de Ensino de Filosofia**. Santa Maria, v. 8, 2022d.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O Ensino de Filosofia em números: a consolidação de um campo de conhecimento. **Revista Digital de Ensino de Filosofia**, Seção especial: ANPOF – Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo. Santa Maria, v. 8, 2022e, p. 38-42.

Recebido em: 03/2024  
Aprovado em: 05/2024